



GT 4: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DE UMA CASA DE APOIO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DIANTE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA PELAS MULHERES

Viviani Coelho (UNIPLAC); Email: vivicoelho.vc@gmail.com
Daiana Rosa da Silva (UNIPLAC); Email: dannarosa1@hotmail.com
Inea Giovana da Silva-Arioli (UNIPLAC); Email: inea.giovana@gmail.com

TEMÁTICA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL

RESUMO: O Mapa da Violência (2012) coloca o Brasil na sétima posição mundial em assassinatos de mulheres, com um total de 43,7 mil homicídios de mulheres no Brasil de 2000 a 2010, sendo mais de 40% das vítimas assassinadas pelos companheiros/ex-companheiros. Nesse sentido, o estudo acerca da temática da violência e das políticas públicas nela envolvidas evidencia-se relevante no cenário atual. A pesquisa aqui apresentada objetivou compreender a percepção de profissionais da equipe de uma Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica, diante da violência sofrida pelas mulheres e suas consequências. A coleta de dados aconteceu por meio de grupo focal com a equipe da Casa de Apoio e a análise qualitativa do material foi realizada por meio da análise de conteúdo, onde se identificaram sete categorias organizadas *a posteriori*. Destacam-se como aspectos fundamentais levantados a partir da análise, a necessidade de tratamento do agressor; a importância de momentos específicos no cotidiano de trabalho da equipe para partilhar as emoções vivenciadas na Casa de Apoio e potencializar as ações e intervenções; a falta de articulação da rede no desacolhimento da mulher e o desconhecimento por parte da própria rede socioassistencial sobre os serviços prestados na Casa de Apoio.

Palavras chave: violência contra a mulher, Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência, rede socioassistencial, equipe multiprofissional.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que sempre esteve presente, ocorrendo de várias formas e se diferenciando conforme a cultura, a maneira como a sociedade constrói seus princípios éticos, valores e normas (MINAYO, 2006). O Mapa da Violência (2012) coloca o Brasil na sétima posição mundial em assassinatos de mulheres, com um total de 43,7 mil homicídios de mulheres no Brasil de 2000 a 2010, sendo mais de 40% das vítimas assassinadas dentro de suas casas pelos companheiros ou ex-companheiros. O Estado de Santa Catarina, segundo o Mapa da Violência (2012), ocupa o quinto lugar no ranking nacional, e no Município de Lages (onde foi realizada a pesquisa) os índices de violência contra a mulher são alarmantes, visto que está em primeiro lugar no ranking do Estado e em décimo sétimo no País.

A Lei nº 11.340, também conhecida por Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), cria mecanismos para coibir e evitar a violência doméstica e familiar contra a mulher



e estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. Uma das medidas protetivas de urgência para mulheres vítimas de violência é a Casa de Apoio à Mulher Vítima de Violência, também conhecida como Casa de Apoio, que tem por objetivo dar abrigo à mulher em risco iminente de morte em decorrência da violência, bem como aos seus filhos, em caráter emergencial e provisório, nos casos em que seu retorno para casa represente efetivo risco de vida (CFEMEA, 2009). A Casa de Apoio está inserida no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja função é fazer a gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que é composta por programas, serviços e benefícios, que devem ser prestados pelo Estado de forma integrada e articulada entre si e com outras políticas sociais, estruturadas para atingir a universalidade da cobertura das necessidades e do atendimento de todos que deles necessitarem (BRASIL, 2004).

O estudo acerca da temática da violência e as políticas públicas envolvidas evidencia-se como relevante no cenário atual, visto ser notório o crescente aumento deste fenômeno entre a população, que afeta tanto a integridade física e psíquica da mulher, quanto aos que direta ou indiretamente convivem com este sofrimento. Em busca de compreender esta problemática foi desenvolvida uma pesquisa que teve como objetivo compreender a percepção de profissionais da equipe de uma Casa de Apoio diante da violência sofrida pelas mulheres e suas consequências.

Realizada a partir da abordagem qualitativa, configurou-se em uma pesquisa de campo e de corte transversal. A coleta de dados se deu na forma de grupo focal com sete (todas do sexo feminino), do total de nove profissionais da equipe multidisciplinar da Casa de Apoio, utilizando um roteiro com questões norteadoras para possibilitar o diálogo e favorecer sua discussão. A análise de dados, realizada por meio de análise de conteúdo com base em Minayo (2004), propiciou a construção de sete categorias organizadas *a posteriori*.

2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p.5) como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”. Porém esse é um fenômeno complexo, pois a noção do que são comportamentos aceitáveis ou não e o que constitui dano, está influenciada pela cultura e encontra-se submetida a uma contínua revisão na medida em que os valores e as normas sociais se modificam.

Minayo (2009), afirma que nenhuma sociedade é totalmente isenta de violência, umas mais violentas do que outras, ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros, evidenciando o peso da cultura na forma de solução de conflitos. Cada sociedade, dentro de épocas específicas, apresenta formas particulares de violência.

Segundo Hesler (2013), a violência contra a mulher envolve os atos de violência que se manifestam por meio das relações entre homens e mulheres, geram danos à mulher e muitas vezes são justificadas em dimensões diversas como tentativas de amenizar o ocorrido. Tal processo é resultante da relação hierárquica



estabelecida entre os sexos, persistente ao longo da história pela diferença de papéis instituídos socialmente a homens e mulheres. Saffioti (2001) atesta que o preconceito contra mulher está enraizado de forma cultural, visto que em nossa sociedade a naturalização dos papéis de gênero pressupõe a superioridade masculina. Nesse sentido mostra-se fundamental a desnaturalização desses papéis.

A violência contra mulher permanece oculta em muitos setores da sociedade e o desconforto ao realizar a denúncia evidencia, além da falta de capacitação dos profissionais que atendem essas mulheres, a falta de conhecimento e acesso aos seus direitos (FONSECA e RIBEIRO, 2012). A violência é um fenômeno sócio histórico que evidencia a necessidade de uma atuação interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada, visando às necessidades dos cidadãos. Neste cenário, o papel dos profissionais que atendem a mulher vítima de violência é crucial para a qualidade dos serviços prestados a esta população (MINAYO, 2009).

Considerando a dificuldade de encontrar referencial teórico que discuta sobre profissionais que atendem mulheres vítimas de violência no contexto do SUAS, realizou-se uma revisão de literatura. A busca a partir do portal SciELO, publicados entre 2010 à 2015, com os descritores elencados a seguir e o número de artigos encontrados foram: “Violência contra a mulher” (162 artigos), “Violência doméstica” (231 artigos) e “Profissionais e violência contra a mulher” (nenhum artigo). Com a leitura dos resumos de todas as publicações, foram identificados apenas três artigos diretamente relacionados à temática da percepção dos profissionais que trabalham nas políticas protetivas acerca da violência contra a mulher, o que evidencia a falta de aprofundamento no que concerne a questão. Neste sentido, os resultados evidenciados a seguir constituem material importante para o debate acerca do tema.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Conceito de Violência Contra a Mulher

Para as profissionais da Casa de Apoio, violência contra a mulher não se restringe à agressão física, existem diversas formas que, embora não deixem marcas físicas, podem provocar sérios danos, como a agressão verbal, psicológica, sexual e moral. Observa-se que a definição de violência contra a mulher aparece na fala das profissionais tendo como referência a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que busca garantir medidas de proteção à mulher, punições mais duras e rápidas aos seus agressores e tipifica a violência doméstica e familiar contra a mulher como: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

A fala de algumas profissionais evidencia que a violência contra mulher acontece por meio de mecanismos que remetem a injustiça e desigualdade entre homens e mulheres, configurando-se como uma forma de rebaixar a mulher. Miller (1999) afirma que a violência emocional ou psicológica é evidenciada pelo prejuízo à competência emocional da mulher, expresso através da tentativa de controlar suas ações, crenças e decisões, por meio de intimidação, manipulação, ameaças a ela ou a seus filhos, humilhação, exploração, agressão verbal entre outras.



3.2. Contexto da Mulher Abrigada

Segundo relato das profissionais, as histórias das 32 mulheres abrigadas desde a inauguração da Casa de Apoio até a realização da pesquisa são muitas, apresentando-se de modos variados e sob circunstâncias diversas, mas mantém um perfil semelhante: geralmente, mulheres sem remuneração, dependentes de seus companheiros financeiramente, que sofrem agressões verbais e físicas, humilhações, ameaças ou ainda o sexo forçado, por medo e coerção física, mas de um modo geral, sonham com o fim da violência para que possam continuar seu casamento, justificando em muitos casos a atitude do companheiro.

Tal constatação remete para a questão da relação familiar de tradição patriarcal. Para Dantas-Berguer (2005), o sistema familiar patriarcal por muito tempo consentiu em um padrão de violência contra mulheres, destinando ao homem o papel ativo na relação conjugal e familiar, ao mesmo tempo em que restringiu a mulher à passividade e à reprodução. Com o domínio econômico do homem como provedor, a dependência financeira da mulher justifica a aceitação de seus deveres conjugais, que incluíam até o serviço sexual.

Uma das formas de controle masculino sobre a mulher relatada pelas profissionais é a dependência financeira, que mostra-se fator decisivo para o retorno à convivência com o companheiro. Corroborando com as falas das profissionais Santos e Moré (2015) pontuam que um dos aspectos que influenciam estas mulheres em retornar ao lar está relacionado à desigualdade financeira existente entre os gêneros, situação que aumenta sua fragilidade e tem como consequência a volta para o agressor como meio de manter o seu sustento e dos filhos.

Identifica-se também nos relatos, que a mulher abrigada possui laços de afeto com seu agressor, utilizando este sentimento como justificativa para sua submissão e permanência em um relacionamento violento. As profissionais relatam perceber que as mulheres, de modo geral, não tem intenção de romper seu relacionamento e que buscam a Casa de Apoio para manter-se um tempo afastada do companheiro agressor, na esperança de que mude seu comportamento e a violência cesse. Segundo Dias (2006) a mulher que sofre agressão de seu companheiro, em geral não pretende denunciar o agressor e quando o faz, pode vivenciar um conflito, por não desejar se separar ou por temer que ele seja preso. Em relação à permanência da mulher em um relacionamento violento, Miller (1999), aponta que outro elemento que impede a separação entre a mulher e agressor é a falta de apoio social, refletido pelo escasso número de pessoas (família ou amigos) e redes sociais.

3.3. Preconceito Vivenciado pela Mulher Vítima de Violência

As mulheres da Casa de Apoio, conforme relato das profissionais, são vítimas de preconceito de seus familiares e da sociedade em geral, sofrendo comentários que, por um lado atestam que elas têm prazer em apanhar, pois não denunciam o companheiro e, por outro atestam que, ao denunciar estão provocando a agressão. Nesse sentido, sentem-se constrangidas em realizar a denúncia e envergonhadas diante da violência sofrida, visto que o preconceito encontra-se presente inclusive na rede de atenção e serviços, sobressaindo-se o julgamento e tendo como resultado o desencorajamento na buscar soluções.



Para Bedone e Fagundes (2007) a mulher que já está sofrendo os agravos físicos, psicológicos e sociais decorrentes da violência, ao pedir ajuda, muitas vezes está sujeita a outro tipo de violência: a do preconceito, do julgamento e da intolerância, fator que dificulta a denúncia e a busca por uma assistência necessária. Já relativo à rede de atendimento, Lettiere e Nakano (2011) ressaltam a dicotomia entre o que é preconizado e o que é vivenciado por estas mulheres. Atestam que alguns profissionais ainda não conseguem realizar efetivamente o papel de protetor por não compreenderem a proposta, e afirmam a importância da capacitação da rede.

3.4. Casa de Apoio

No que tange aos aspectos físicos da Casa de Apoio, sua estrutura é similar ao ambiente familiar, com intuito de tornar-se o mais semelhante possível ao ambiente residencial e a rotina anterior, para que se mantenham as responsabilidades cotidianas e propiciar acolhimento. Neste sentido, as profissionais afirmam que o serviço na Casa acontece de forma diferente que nos serviços prestados pela rede, possuindo especificidades decorrentes da demanda, mas sem descaracterizar o serviço. Magalhães e col. (2011) pontuam a importância da organização das Casas de Apoio como unidades que favorecem a relação afetiva de forma familiar, propiciando a integração com a comunidade e sem deixar de realizar as atividades do cotidiano.

3.5 Dificuldades no Apoio a Mulher Vítima de Violência

No que tange as dificuldades encontradas pelas profissionais em trabalhar com as mulheres abrigadas na Casa de Apoio, as falas apontam para a dificuldade de adesão à proposta de trabalho, visto que a esmagadora maioria das mulheres retorna ao convívio com o agressor e com a violência. Para Souza e Da Ros (2006), muitas mulheres permanecem junto ao agressor não apenas por gostarem do companheiro, mas pela convivência com o medo e a dependência financeira, no entanto essas relações não podem ser vistas apenas por um fator isolado, mas sim devem ser analisadas a partir do contexto social familiar, cultural. Conforme os autores na relação afetivo conjugal do casal o relacionamento muitas vezes oscila entre o amor e a dor, somente depois de vários episódios de agressões elas criam coragem e decidem deixar o agressor.

Outra dificuldade observada pelas profissionais é a falta de articulação da rede quando do desacolhimento da mulher. As profissionais salientam a existência de uma quebra na continuidade do atendimento da mulher abrigada, quando do encaminhamento para outro serviço de apoio. O desconhecimento por parte da própria rede socioassistencial sobre os serviços prestados na Casa de Apoio, que ocasiona encaminhamentos equivocados, também é citado como dificuldade a ser enfrentada. Segundo Fagundes (2003) a fragmentação nos serviços de atenção à mulher em situação de violência, bem como o acesso e a limitada capacidade de tomar decisões constituem aspectos institucionais que dificultam o processo de liberação das mulheres da situação de violência doméstica.



A falta de serviços na rede que trabalhem o agressor foi outra dificuldade apontada pelas profissionais, que causa frustração em relação à continuidade do ciclo de violência. Godoy e Oliveira (2011) salientam que aprofundar o debate sobre o agressor envolve fatores relevantes como a cultura, tradição, contexto de inserção, entre outros, evidenciando a relevância de pensar estratégias e novas formas de trabalho com o agressor, atestando a urgências desse desafio.

3.6 Potencialidades do Contexto da Casa de Apoio

As profissionais evidenciaram durante a pesquisa as potencialidades do serviço com mulheres abrigadas, dentre elas está a própria existência da Casa de Apoio, como um serviço diferenciado e um avanço, apesar de ser um dispositivo novo da rede e como tal implicar em um desafio para qualificação do serviço prestado. As profissionais também salientaram a importância da iniciativa das mulheres em denunciar. Freire (2003) atesta que a denúncia diminui a possibilidade de sua permanência dentro da violência e reduz sua suscetibilidade e severidade.

O trabalho realizado pelas profissionais na Casa de Apoio também foi apontado como uma potencialidade. Nesse sentido vale ressaltar que as falas revelam que as profissionais consideram os diferentes contextos de violência vivenciados pelas mulheres abrigadas, a importância em respeitar estas vivências e o tempo de cada uma, tendo cuidado em não julgar e não impor sua visão e decisões à vítima, mesmo em situações de reincidências ao serviço.

Fortes (2004) considera fundamental que a mulher que sofre violência receba uma atenção qualificada, que possibilite uma escuta atenta, com o estabelecimento de vínculo com o profissional, garantia de defesa de seus direitos, de um atendimento livre de preconceitos, numa abordagem interdisciplinar; ressalta-se também a importância de profissionais capacitados para articular ações de enfrentamento da violência.

3.7 Consequências Afetivas e suas Estratégias de Enfrentamento

Os sentimentos que perpassam a relação das profissionais com as mulheres abrigadas e seus filhos, e as estratégias de enfrentamento foram aspectos que permearam o relato das profissionais. O vínculo afetivo criado entre profissional, mulheres e, principalmente criança abrigada, muitas vezes causa sofrimento e preocupação para as profissionais que, segundo relatos, não conseguem desligar-se da criança quando do desabrigamento da mãe. Segundo Santos (2009), podemos descrever vínculo como um comportamento de grande interação que o cuidador estabelece com a criança que se encontra na Casa de Apoio com a mãe. Considera que esse processo tem influência no desenvolvimento da criança, pois o ser humano necessita de cuidados proteção e segurança que são fatores importantes no âmbito emocional e cognitivo. O vínculo é um mecanismo forte, porém quando por algum motivo ocorre a ruptura do vínculo podem ocorrer conflitos.

Outro aspecto afetivo destacado é o choque com as situações de violência relatadas, que por um lado desencadeiam sentimentos de espanto e inquietação devido à gravidade do problema, e por outro, o convívio diário com situações de



violência acarreta o perigo da naturalização da questão, tornando-se parte do cotidiano. Para Adeodato e col (2005) a violência contra a mulher constitui um grave problema que precisa ser reconhecido e enfrentado, tanto pela sociedade como pelos órgãos governamentais, através de políticas públicas que contemplem sua prevenção e combate, assim como o fortalecimento da rede de apoio à vítima.

Para Fortes (2004), no contexto do trabalho com mulheres vítimas de violência, volta-se a atenção ao fato de que os profissionais precisam conhecer o interior do problema, seja na escuta qualificada, em procedimentos diversos, ou mesmo no breve contato na recepção do serviço. O atendimento regido por princípios éticos resulta na reorientação da assistência cotidiana, sobretudo frente a um cuidado integral e ético perante as relações interpessoais.

Os aspectos afetivos ressaltados nesta categoria também remetem a uma necessidade de trocas entre os profissionais da Casa de Apoio, percebida durante as discussões do grupo focal. As profissionais ressaltaram a importância de haver momentos em que possam partilhar as emoções vivenciadas no cotidiano do trabalho. Relatam em suas falas que as interações entre elas, geralmente em reuniões, ocorrem sempre de maneira formal e burocrática, não havendo nenhum momento para compartilhar suas vivências e emoções. Uma equipe composta por profissionais de diversas áreas não se resume apenas na objetividade de seus diferentes saberes, mas sim no encontro da subjetividade de cada um e a qualificação e aperfeiçoamento é desafio constante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se proporcionar a ampliação das informações e perspectivas sobre o tema ao abordar a perspectiva das profissionais que trabalham com as mulheres abrigadas. Espera-se que a análise aqui apresentada contribua para o aprimoramento do conhecimento e reflexão sobre a violência contra a mulher, visando possibilitar a melhoria do cuidado na rede de serviços.

Destacam-se como aspectos fundamentais levantados a partir da análise, a necessidade de tratamento do agressor para impedir o avanço do ciclo da violência; a importância de momentos específicos no cotidiano de trabalho da equipe para partilhar as emoções vivenciadas na Casa de Apoio e potencializar as ações e intervenções da equipe multiprofissional e; a falta de articulação da rede no desacolhimento da mulher e desconhecimento por parte da própria rede socioassistencial sobre os serviços prestados na Casa de Apoio. Outro aspecto importante que merece ser destacado é a pouca incidência de artigos que debatam a perspectiva dos profissionais, no que tange a questão da violência contra a mulher, situação revelada na revisão de literatura efetuada. Diante da escassez de estudos que tratem desta temática e dos relatos de experiência trazidos pelas profissionais participantes desta pesquisa, é importante que as pesquisas continuem, de modo a dar mais visibilidade e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre este tema.



REFERÊNCIAS:

ADEODATO, V.G., et al. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** Revista de Saúde Pública, v. 39, n. 1, fev. 2005. Disponível: <www.scielo.br> Acesso: 07/11/2015.

BRASIL. LEI 11.340, 7/08/2006. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso: 06/05/2015.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida** - Comentários à Lei 11.340/2006. 2ª ed. Brasília: 2009.

DANTAS-BERGUER S.M e GIFFIN, K. **A violência nas relações de conjugalidade:** invisibilidade e banalização da violência sexual? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.com.br>>. Acesso em: 07.nov.2015.

DIAS, M.B. A impunidade dos delitos domésticos. Palestra proferida no IX Congresso Nacional da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica. Alagoas. 2006. Disponível em: <www.mariaberenice.com.br>. Acesso em: 07/11/2015.

FAGUNDES, N.C. **Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo.** Rev da FACED . 2003; (5) 39-55.

FONSECA, D.H; RIBEIRO, C.G; LEAL, N.S.B. **Violência doméstica contra a mulher:** realidades e representações sociais. Psicol. Soc. vol.24 no.2 Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Acesso em: 05.maio.2015.

FREIRE, M.A. **Quem cala consente:** analisando as queixas das mulheres atendidas na Delegacia de Defesa da Mulher de Sobral, 2003, 107p. Monografia - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Ceará, 2003.

GODOY, M.M; OLIVEIRA, J.A. **A violência contra a mulher em Presidente Prudente:** Faces do Agressor. Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/> Acesso em: 27. Out.2015.

HESLER, L.Z; COSTA, M.C; RESTA, D.G; COLOMÉ, I.C.S. **Violência contra as mulheres na perspectiva dos agentes comunitários de saúde.** Rev Gaúcha Enferm. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em: 17.abr. 2015.

LETTIERE, A; NAKANO, M.S. **Violência doméstica:** as possibilidades e os limites de enfrentamento, 2011. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/>> Acesso: 07/11/2015.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

MINAYO, M.C.S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência**: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. Impactos da violência na saúde (p. 21-42). 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; EAD-ENSP; 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL de SAÚDE - OMS. 2002. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS.

SAFFIOTI, H.I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cad. Pagu nº16 Campinas 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso: 05/05/2015. SANTOS, A.C.W.; MORÉ, C.L.O. **Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão**. Psicol. Cienc.prof. vol.31, 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/>. Acesso: 26/10/2015.

SOUZA, Patrícia Alves; DA ROS, Marco Aurélio. Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article> Acesso em: 07.nov.2015.